

Resenha:
O Outro no (in)traduzível

Caroline Mallmann Schneiders¹

Diante das inúmeras questões que se colocam frente à problemática da tradução, o ensaio *O outro no (in)traduzível*², de Mirian Rose Brum-de-Paula, apresenta uma relevante discussão em torno do traduzível e do intraduzível, processos estes que são, para a autora, constitutivos do ato de traduzir. Estudos que envolvem a temática da tradução não são recentes e vinculam-se a preocupações que são de suma importância aos tradutores, independente da época em que os mesmos estão inseridos. Essas preocupações dizem respeito, sobretudo, às noções de fidelidade e de recriação, as quais colocam em evidência tanto o autor quanto o texto a ser traduzido. Além disso, no ato de tradução, há também as relações interculturais, as quais podem apontar para o fato de que os “modos de dizer, de pensar, de agir e de se comportar” (p. 12), por serem distintos, são incompatíveis e, por conseguinte, não traduzíveis.

No presente ensaio, a autora opta pelo termo traduzante, conforme utilizado por Julia Barreto, para referenciar a prática de traduzir, que existe há séculos. Destaca que, junto à prática traduzante, há o mito do intraduzível, o qual, por sua vez, surgiu devido à “multiplicidade das línguas e culturas em presença” (p. 12), mito que, no entanto, torna-se um obstáculo para os tradutores, pois, para estes, a intraduzibilidade está associada ao fato da impossibilidade de (re)produzir certos fenômenos culturais e linguísticos, bem como determinados efeitos de sentido quando da passagem de uma língua para outra.

A respeito da traduzibilidade, Brum-de-Paula aponta que esta nunca é totalmente fiel ao texto original, sempre há algum elemento, seja de ordem semântica, morfológica, etc., que desliza e rompe com a fidelidade entre o texto traduzido e o texto original. A partir dessas questões, a autora entende que a dicotomia intraduzível/traduzível situa-se num *continuum*, cujas extremidades não se pode ou consegue atingir, considerando que “há sempre (in)traduzibilidade em algum ponto do *continuum*” (p. 13). Tratam-se, portanto, de conceitos que estariam em níveis diferentes, mas num mesmo eixo.

Na reflexão proposta, a intraduzibilidade é entendida “como uma manifestação de uma resistência produzida pela presença do não-familiar, de algo desconhecido e estranho (o outro), difícil de ser transposto para a língua-cultura de chegada (p. 14)”. Além disso, é, especialmente, pela resistência que ‘o outro’ tem a possibilidade de se revelar, produzindo efeitos de sentido no texto de chegada.

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Letras – Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e bolsista Capes.

² BRUM-DE-PAULA, Mirian Rose. *O outro no (in)traduzível*. PPGL/UFSM Editores, 2008.

Brum-de-Paula, tomando como ponto de partida a noção de resistência, busca refletir sobre a tradução e suas dimensões histórica, cultural e linguageira, bem como sobre a relação que se estabelece entre linguagem e línguas. Para tanto, organiza seu ensaio em dois momentos, dedicando-se, no primeiro, às “Resistências culturais” (p. 17) e, no segundo, às “Resistências da língua” (p. 29). Nos dois casos de resistências destacados, o que está em jogo é a presença do ‘outro’ no discurso, e o interesse não é detectar (in)traduzíveis, mas compreender quando o fenômeno ocorre e quais os efeitos de sentido decorrentes na prática traduzante.

Na primeira parte do ensaio, através de um breve percurso histórico que remonta à Idade Média, à Renascença e ao Classicismo Francês, visa-se a destacar as resistências culturais que excluía ou apagavam o ‘outro’ na prática traduzante. Brum-de-Paula faz referência, a partir de Cordonnier (1995)³, ao fato de a intraduzibilidade não se restringir ao nível linguístico, visto que pode estar situada nas relações interculturais, devido à diversidade de línguas e culturas existentes. É, pois, diante dessa diversidade, tal como aponta o mito de Babel, que surge o mito do intraduzível.

A autora, retomando os estudos de Auroux (2005)⁴, ressalta que, no século XX, verifica-se a descoberta da dificuldade ou impossibilidade de se observar o que estaria na ordem do pensamento universal e o que estaria na ordem da cultura específica de cada povo. No entanto, isso não impede a reflexão em torno das articulações entre pensamento, linguagem e cultura, seja no discurso oral seja no escrito; assim como não impede a proposição de soluções frente às situações-problemas que se evidenciam em decorrência dessas articulações. Nesse viés, a intraduzibilidade pode emergir tanto no nível linguístico como no não linguístico, e, frente a tal situação, o tradutor propõe soluções, fazendo escolhas que apontam para modificações, significativas ou não, entre o texto de partida e o de chegada. Tais escolhas permitem compreender que o tradutor instaura gestos de interpretação diante do intraduzível, gestos que evidenciam o ‘outro’ na prática traduzante.

Tendo em vista o percurso histórico traçado, Brum-de-Paula destaca que a Idade Média vinculava-se a uma ideia de ‘intraduzibilidade total’, que ocorre quando o texto de partida não corresponde às “normas morais, políticas, ideológicas ou éticas da língua-cultura que poderia acolhê-lo” (p. 18). O texto, no momento em que é considerado intraduzível, torna-se, por assim dizer, inacessível, como foi o caso, por exemplo, da tradução dos textos religiosos, que, na França da Idade Média (IX-XV), não abarcava uma versão da *Bíblia*.

Com as teorias prescritivas da tradução, coloca-se em cheque os textos considerados religiosos e os textos considerados profanos. A tradução dos primeiros estava vinculada ao método da “*palavra por palavra*”, ou seja, a fidelidade à língua de partida situava-se no nível da forma (palavra). Já a tradução dos textos profanos estava vinculada ao conteúdo, tornando-se um meio de comunicação por possibilitar o acesso à língua grega aos que não a dominavam, acesso que seguia o método “*sentido por sentido*”, estando, portanto, a fidelidade no nível do sentido (espírito).

O intraduzível, ao pensar a tradução dos textos sagrados no contexto da Idade Média, correspondia a uma impossibilidade, a qual recaía, especialmente, nos termos culturais que determinada língua deveria expressar, não possibilitando a correspondência direta entre as palavras quando da passagem de uma língua para outra. Assim, “a infidelidade à “*palavra por palavra*” constitui o intraduzível no texto sagrado” (p. 19) e ser infiel, à época, era da ordem do inaceitável e do profano.

3 CORDONNIER, Jean-Louis. *Traduction et culture*. Paris: Hatier/Didier, 1995.

4 AUROUX, Sylvain. La diversité des langues et l’universalité de la pensée. *Multiciência: Revista interdisciplinar dos Centros e Núcleos da Unicamp*, n.4, 2005. Disponível em: http://www.multiciencia.unicamp.br/art01_4.htm

Para tratar do período renascentista, Brum-de-Paula considera que se refere ao momento da ‘morte pela palavra intraduzível’, quando o rigor diante das traduções religiosas passa a ser menor com o intuito de difundir a religião, porém ainda com interdições. A tradução, nessa conjuntura histórica, ganha relevância, e, mais tarde, é o livro impresso que é colocado em evidência, possibilitando a substituição da oralidade pela escrita, sendo esta considerada o meio pelo qual o poder real poderia apropriar-se da cultura. A modificação nas traduções dos textos sagrados ocorreu no momento em que a Igreja adotou os princípios utilizados nas traduções dos textos profanos, tais como: clareza, elegância e legibilidade. No entanto, tal modificação não se situou no nível interpretativo dos textos de partida, uma vez que o interesse, com a tradução, era acumular conhecimento e enriquecer a língua vulgar, com vistas a solidificar o poder real por meio de um monolinguismo que se colocasse como redutor e unificador. Desse modo, o tradutor devia consolidar tanto a língua francesa, quanto o poder real por meio da manipulação dos sentidos que dessa língua deveria emanar.

No período renascentista, mesmo sendo fecundo e propício em traduções de textos religiosos e profanos, houve inúmeras vítimas de intolerância, perseguições e acusações de heresia. Isso acontecia quando o texto impresso difundia interpretações que colocavam em dúvida temas bíblicos, acarretando um destino inevitável: a morte, mais precisamente, “a morte pela tradução da palavra intraduzível” (p. 22), como foi o caso de Dolet que, ao traduzir um texto de Platão, parecia negar a imortalidade da alma.

No período clássico, a função da tradução ganhou um estatuto de prestígio, e o tradutor era considerado autor, pois “apropriava-se do conteúdo da obra, tomava liberdades em relação ao original e o tornava ao gosto de sua época numa escrita que lhe era própria” (p. 22), ou seja, as traduções eram vistas como obras literárias. Os tradutores tinham uma importante função à época, ajudando a consolidar a língua-cultura francesa, que era tratada como um universal da linguagem. A prática traduzante era quase um exercício de estilo, através do qual se visava a desenvolver as ideias dos Antigos nos moldes clássicos. O que se buscava com as traduções, no período clássico, era a fidelidade à língua de chegada e ao público leitor, sendo, por isso, que a prática traduzante era caracterizada por ‘deformações’.

Brum-de-Paula ressalta também o método das *Belas Inféis*, que se vinculava aos Antigos e criticava o modelo que substituiu os textos antigos e clássicos pelos textos em prosa. Tal modelo originou-se e embasou-se nas dicotomias que envolveram as traduções, tais como a de claro/escuro, razão/palavra, sentido/forma, bem como o princípio de tradução livre. A tradução que seguia as regras sociais de dada época permaneceu, sobretudo, até o final do século XIX, o que, para a autora, foi resultante da consolidação da língua francesa e da necessidade dos textos que eram traduzidos. Contudo, a prática traduzante, a partir do século XVIII, não manteve seu prestígio social e artístico como anteriormente.

Para exemplificar o processo de tradução, a autora reporta-se a Anne Dacier (1651-1720), que trabalhava com textos antigos em grego, ou seja, com os textos originais. Tem-se essa referência para evidenciar como a mesma colocava-se diante do intraduzível na época em questão. O intraduzível é algo constitutivo da prática traduzante e indica a presença do ‘outro’, presença que, quando entendida como um ‘obstáculo intransponível’, como ocorreu frente a diversos textos na Idade Média, não permite a tradução.

Brum-de-Paula, para finalizar essa primeira parte do ensaio, faz, ainda, uma importante observação ao fato de que, hoje em dia, pode-se verificar, no acervo da Biblioteca Nacional de Paris, inúmeros livros que se colocam numa situação de intraduzibilidade ou de não legibilidade, o que pode estar vinculado ao prestígio, ou à falta dele, da língua do

texto de partida “ou às políticas linguísticas e ao peso econômico dos países das línguas-culturas dominantes que obliteraram as demais culturas, dentre outros fatores” (p. 27).

Na segunda parte do ensaio, a ênfase volta-se para as resistências impostas pela multiplicidade de línguas, acarretando o surgimento de equivalentes que permitem a traduzibilidade, além de oferecer condições para o ‘outro’ instalar-se no texto traduzido. A reflexão centra-se em questões relativas ao pensamento, à linguagem e à própria tradução. Brum-de-Paula destaca que, assim como pode haver uma distância cultural entre o texto de origem e o texto de chegada, instaurando a intraduzibilidade, o discurso em si pode ser constituído por ‘distâncias’ que dificultam a passagem de um sistema linguístico para outro, devido às “relações íntimas e únicas mantidas pelo sentido e pelos elementos formais que o representam” (p. 29). Verifica-se tal dificuldade uma vez que não há uma correspondência e equivalência entre as unidades significantes de diferentes línguas, sendo, por isso, que, quando da passagem de uma língua para outra, devem-se considerar as possibilidades retóricas e formais de cada sistema linguístico.

Considerando o método de tradução ancorado na *palavra por palavra*, que embasou, em especial, as traduções de textos religiosos, buscava-se o respeito e a fidelidade à língua de partida, e, para tanto, o texto de chegada deveria ser equivalente, quanto ao número de palavras e letras, ao texto original, equivalência que proporcionaria um efeito literal à tradução. Como exemplo, Brum-de-Paula faz referência à tradução da *Bíblia*, que foi realizada em inúmeras línguas, assim como retraduzções, o que colocou em evidência alguns problemas frente à prática traduzante, como as diferentes interpretações que um mesmo texto pode adquirir, e a relativa intraduzibilidade das línguas-culturas em presença. Esses problemas apontaram para a ineficácia do método da *palavra por palavra*, o qual não garantia a fidelidade entre o texto de partida e o de chegada, ou seja, o nível formal e lexical da língua não fornece todos os elementos para que haja a traduzibilidade, configurando-se como um lugar de resistência.

Para Brum-de-Paula, a “*palavra por palavra* é um impossível” (p. 32), pois não existe uma correspondência lexical direta entre duas línguas. As palavras revestem-se de significação no discurso, quando em funcionamento. Por esse viés, o intraduzível configura-se como algo intrínseco à palavra, presente, predominantemente, no seu nível semântico, o qual pode variar conforme o enunciado em que determinada palavra está inserida. Frente ao obstáculo da intraduzibilidade total de uma palavra, pode-se utilizar o recurso ao empréstimo, permitindo a solução de um problema colocado pela *palavra por palavra*, solução que possibilita a inserção do ‘outro’ na língua de chegada.

A problemática em torno das resistências da língua pode ser visualizada em diversos estudos que tem como mote a ligação entre linguagem e pensamento, tais como os de Slobin⁵ que se reporta às considerações de Humboldt, Whorf e Boas. Para este último, “o caráter obrigatório das categorias gramaticais de uma língua determinaria os aspectos de cada experiência que devem ser expressos” (p. 34). Esse viés indica que cada língua possui categorias gramaticais específicas e suficientes para que o discurso seja organizado de modo eficaz e dotado de sentido, isto é, categorias próprias que permitem a expressão do pensamento.

Com vistas a explicitar a diferença existente entre as categorias gramaticais de uma língua para outra, Slobin faz um estudo comparativo entre a língua inglesa e espanhola, entendendo que, além dessas diferenças, as línguas “atribuem diferentes recursos gramaticais a domínios semânticos comuns” (p. 38). Para Brum-de-Paula, o estudo de Slobin indica “a

5 SLOBIN, Dan. From ‘thought and language’ to ‘thinking for speaking’. In: GUMPERZ, J. J.; LEVINSON, S. C. (Orgs.). *Rethinking Linguistic Relativity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

possibilidade de *pensar* (conceitualizar) na língua materna e *falar* (articular ou escrever) na língua estrangeira, o que pode gerar transferências de cunho lingüístico-cognitivo de uma língua para a outra” (p. 39). Pensando na tradução, a constatação do autor permite considerar que, na passagem de uma língua para outra, há elementos que escapam, são deixados de lado ou ainda desconsiderados.

Contudo, as línguas não possuem somente diferenças entre si, há questões que as aproximam, em outras palavras, não há uma relação muito próxima nem muito distante entre elas. A diversidade de línguas implica uma diversidade de representações de mundo, conforme a língua empregada pelo sujeito do discurso. Porém, é preciso ressaltar que tais representações são decorrentes da obrigatoriedade das categorias gramaticais no discurso, impondo ao sujeito o que deve ser veiculado. Essas questões apontam para o fato de que as línguas possibilitam a realização de recortes da realidade, os quais podem variar de um sistema lingüístico para outro, indicando que cada recorte vincula-se a um modo de ver o mundo pela linguagem. Para Brum-de-Paula, todas essas questões dizem respeito às resistências das línguas, sendo necessário ultrapassá-las para “traduzir, reconfigurar, transformar e, se possível, tentar inserir o outro na língua de chegada, ou seja, tornar o intraduzível traduzível, pelo menos parcialmente” (p. 42).

Tendo em vista a reflexão sobre as resistências em torno da tradução decorrentes das culturas e línguas em presença, a autora conclui que, por meio delas, verifica-se a existência do *outro no (in)traduzível*. Conforme Brum-de-Paula, o modo como se considera e se procura solucionar a existência do ‘outro’ no texto de chegada é dependente do modo como é concebida a prática traduzante em dada época, e, isto quer dizer, que a intraduzibilidade não corresponde à impossibilidade de tradução, mas a um desafio, sendo o tradutor o responsável por preservar, reduzir ou apagar o ‘outro’.

Com esse estudo, Brum-de-Paula buscou enfatizar, sobretudo, a existência da diversidade de línguas-culturas, dos recortes de realidades que podem variar de uma língua para outra, bem como a pertinência em considerar a forma e o sentido quando da constituição do discurso. Diante disso, para compreender o fenômeno da tradução, é preciso não se limitar a identificar as diferenças e as similaridades entre as línguas-culturas, mas refletir sobre o motivo delas ocorrerem. Para concluir, a autora reitera a importância, para os estudos em torno da tradução, de observar a linguagem e seu funcionamento a partir do processo de construção do sentido. Considera também que é pela articulação entre o rigor lingüístico e a sensibilidade poética que o campo da tradução poderia tornar-se mais fecundo, uma vez que colocaria em questão “a forma e o conteúdo para interpretar os fenômenos da língua e capturar o pensamento expresso na dinâmica do discurso” (p. 45).

O presente ensaio apresenta, portanto, uma relevante discussão em torno da problemática da tradução, mais precisamente, quando da passagem de uma língua para outra, processo este que, para Brum-de-Paula, é marcado pelo ‘outro’, o qual, por sua vez, configura-se no (in)traduzível da prática traduzante. Além disso, a reflexão exposta permite compreender a maneira pela qual o ato de traduzir se constitui, bem como o fato de o mesmo estar em conformidade à visão que se tem sobre a tradução em dada época, sendo perpassado por gestos de interpretação e marcado histórico e ideologicamente.